

Serviço social na contemporaneidade: a importância da dimensão educativa no trabalho do assistente social

Contemporary social service: the importance of the educational dimension in social workers' work

DOI:10.34117/bjdv7n3-064

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Antonio Inácio da Silva

UNESP/Franca

E-mail: antois31@yahoo.com.br

Camila Barbosa Vieira

UNESP/Franca

E-mail: camila-b-v@hotmail.com

Maria José de Oliveira Lima

UNESP/Franca

E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho do assistente social demonstrou nos últimos 80 anos sua importância na nação brasileira, pois ao transformar-se em uma profissão eminentemente interventiva e assumir o compromisso com a classe trabalhadora tem contribuído nos inúmeros avanços junto à luta de classes. A resistência para a ampliação do estado democrático de direito, como também na implementação de políticas públicas, tem evidenciado que o seu papel eminentemente educativo vem auxiliando no fortalecimento das bases a partir do processo de politização. Considerando ainda o contexto sociopolítico que se vivencia, de ofensiva neoliberal, contexto este golpista, de afronta ao estado democrático de direito e “anti-direitos-sociais”, observa-se o quanto necessária é o fortalecimento desta concepção, enquanto parte fundamental para o enfrentamento das expressões da questão social. Tendo como objeto deste estudo bibliográfico a dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social, a partir do materialismo histórico dialético, tendo enquanto categorias de análise: Trabalho, Dimensão Educativa e Serviço Social Brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho Profissional, Serviço Social, Dimensão Educativa.

ABSTRACT

In the last 80 years, the work of social workers has demonstrated its importance in the Brazilian nation. By becoming an eminently interventional profession and assuming the commitment to the working class, it has contributed to innumerable advances in the class struggle. The resistance to the expansion of the democratic rule of law, as well as the implementation of public policies, has shown that its eminently educational role has been helping to strengthen the bases through the politicization process. Considering the current sociopolitical context, of the neoliberal offensive, a coup d'état that affronts the

democratic rule of law and the "anti-social rights", we can see how necessary it is to strengthen this conception, as a fundamental part to face the expressions of the social issue. The object of this bibliographic study is the educational dimension in the professional work of social workers, based on the dialectical historical materialism, having as categories of analysis: Work, Educational Dimension and Brazilian Social Service.

Keywords: Professional Work, Social Service, Educational Dimension

1 SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E IDENTIDADE:

O Serviço Social brasileiro completou no ano de 2016, 80 anos de história. Os desafios, lutas e contradições vivenciadas em pouco mais de oito décadas de existência, mostram que, embora nova na história, a profissão passou por significativas transformações, e, que todos esses processos em seu seio ocorreram em momentos de grandes contradições, o que foi essencial para enfrentar as manifestações da questão social, presente e constantemente revigorada pelo capitalismo, sobretudo na particularidade brasileira de capitalismo periférico, tendo suas expressões ainda mais perversas.

Fato marcante na trajetória da profissão é a postura que a profissão assume no decorrer desse período histórico, pois, apesar de seu surgimento datar nos primeiros anos da década de 1930, sendo iniciado por “setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, tendo como referencial o Serviço Social europeu.” (MARTINELLI, 2011, p. 122), a profissão busca renovar-se, como uma forma de “tecnificação da ajuda”, dito em outras palavras dá-se espaço à profissionalização, caminhando assim à sua nova direção teórica, tecnicista, a nova vertente é o Serviço Social norte americano, conhecida pelo caráter conservador da teoria positivista (TORRES, 2014).

Destarte, o exercício profissional segue esta rota, de caráter educativo e de matriz positivista, e torna-se importante o suporte teórico-metodológico para qualificação técnica da profissão. A legitimização da profissão também é outro avanço, e coloca os profissionais na condição de assalariados e ocupantes de um importante espaço na divisão social e técnica do trabalho, assumindo neste contexto histórico a matriz positivista enquanto referencial teórico (YAZBEK, 2009, p. 147).

O movimento de reconceituação ideológica que ocorreu nas décadas de 1960 a 1970, se caracteriza enquanto marco histórico-social da categoria profissional. O principal avanço dentre os conquistados foi à ruptura ideológica da profissão com os laços

tradicionalistas, tanto no âmbito acadêmico quanto em relação à intervenção do trabalho profissional.

Adere também posteriormente a uma nova corrente teórica, a qual possibilita um novo olhar de sujeito e mundo, a partir das contribuições ideológicas de Karl Marx, tendo norteado a partir da teoria social crítica-dialética, compreendendo-se enquanto classe trabalhadora e se colocando, junto, na luta e resistência, adotando esse posicionamento político-interventivo.

A esta superação, denomino apropriação da vertente crítico-dialética. Ela é algo bastante recente, datando de meados dos anos 90, e seu significado pode ser considerado como um salto qualitativo nas aproximações sucessivas entre o Serviço Social e tradição marxista, pois tem permitido a explicitação de questões fundantes na efetivação da ruptura com o tradicionalismo [...]. (SANTOS, 2007. p. 7).

Neste período marcante, também houve outros pontos favoráveis na luta social, como a promulgação da Constituição Cidadã, um forte clima de democracia e de crença de conquistas para a sociedade e, para a profissão. A apropriação e aproximação da teoria social crítica de Karl Marx é fortalecida e orientada no Código de Ética profissional de 1986 e 1993 e, sobretudo pelo Projeto Ético Político, rompendo com o ranço tradicionalista que a profissão constituiu até então, trazendo em seu bojo a ideia de compromisso com a classe trabalhadora, qual se entende parte.

Desde então, outros fatores surgem no cotidiano de trabalho do assistente social, que, fortalecidos na posição crítica através das contribuições de Karl Marx, busca tecer estratégias no enfrentamento de um sistema perverso, que não poupa nenhuma profissão, cidadão e direitos, de sua existência destrutiva, privando o indivíduo não somente de seu sustento, mas retirando sua capacidade de interação, de sentir-se parte de uma sociedade, pois sendo parte de um exército de reserva e perdendo sua capacidade de trabalho, o homem enquanto ser social é posto à margem da sociedade.

Nesta linha histórica e de compreensão pode-se considerar que o Serviço Social se constituiu de maneiras antagônicas, muito embora tendo como sujeitos de sua intervenção, desde o início, a classe proletariada, mas partindo de diferentes concepções.

Desta forma, como compreender de fato a identidade profissional do assistente social? A categoria identidade é sócio-histórica, é dialética e ganha formato com movimento e tempo, a partir das determinantes sociais, políticas, econômicas, históricas, culturais entre outras.

As identidades se constroem e se objetivam na práxis, pela mediação das formas sociais de aparecer das profissões. Tais formas sociais expressam as respostas construídas profissionalmente para atender às demandas que incidem em seu campo de ação. (MARTINELLI, 2013, p. 145-146).

Nesta forma, o ranço histórico ligado à profissão se faz presente na compreensão social do que é Serviço Social. A construção da identidade perpassa a esfera social, individual e a coletividade.

A identidade expressa tanto uma relação que objetiva uma manifestação da realidade humana e social quanto se expressa simultaneamente como subjetividade humana. Estabelece dimensões de um ser social enquanto singularidade e enquanto coletividade (GENTILLI, 1997, p.128).

Considerar que a totalidade na categoria precisa individualmente ter a mesma concepção, atual, do fazer profissional, para atingir a coletividade interna em torno da identidade, pode ser quase uma utopia. Além da heterogeneidade na categoria, tem que se considerar a concepção em torno da sociedade, assim:

Nestes termos, evidencia a impossibilidade concreta de uma identidade monolítica, seja nas dimensões teóricas, nas ideológicas, ou ainda nas políticas. A diversidade empírica, que engendra a multiplicidade problemática da profissão, enraíza-se em diversas tradições de pensamento e materializa-se nas infinitas possibilidades das diferentes perspectivas políticas (GENTILLI, 1997, p. 140).

Guiando-se pelo pressuposto de que o Serviço Social não possui uma identidade profissional homogênea, recorre-se em Martinelli (1991), onde destaca que “[...] a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional” (MARTINELLI, 2011, p. 17, grifo do autor).

Se a Dimensão Educativa é considerada enquanto um instrumento fecundo na luta pelos preceitos no projeto ético político, como se pode pensar em devida efetivação se o processo de não-identidade corrobora para com profissionais e intervenções alienadas, alienantes e alienadoras? Nestes casos onde a compreensão de totalidade crítica é usurpada se torna um processo de extensão do passado mascarado de contemporâneo?

Na contemporaneidade a profissão vivencia o desafio do ressurgimento do conservadorismo às ações profissionais dos assistentes sociais, pensar a profissão de forma heterogênea, plural e diversificada é compreender as múltiplas formas que estes podem (teórico, metodológico e operacionalmente) utilizar e materializar no seu fazer

profissional, porém dentro de um campo de análise que a profissão comunga, aquele que esteja ciente sobre a perversidade do Capital à classe trabalhadora. A profissão Serviço Social é uma profissão eminentemente subversiva à ordem do capital, algo contrário a esse posicionamento, se caracteriza ações com desvio ético-profissional.

Ações oriundas do conservadorismo, onde se trabalha o indivíduo desconecto das questões amplas de classe e do sistema econômico, o “culpabilizando” pelas situações vivenciadas, ou até mesmo concordando com os mandos do capital, são ações incoerentes ao código de ética vigente e ao projeto ético político profissional.

Segundo Barroco e Terra (2012, p. 213), a reatualização do conservadorismo, no âmbito do Serviço Social, tem sido influenciada pela precarização da formação e pela “fragilização de uma consciência crítica e política, que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista”.

2 CATEGORIA TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E EXTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

O trabalho é fundamental na vida do homem e sua importância está presente em todas as dimensões do trabalho humano, seja ele manual, artístico ou intelectual, tendo como preceito a satisfação de suas necessidades. O homem domina a natureza e a submete às suas necessidades transformando em produtos necessários à sua existência, neste processo de trabalho a atividade efetuada pelo homem realiza uma importante transformação, subordinada a um fim determinado, ao exercer essa transformação o homem se transforma e se diferencia dos caminhos utilizados por outros seres biológicos que não possuem a sua capacidade de prévia ideação.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtem-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto quanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, , 2014 Tomo I, p. 149-150).

Esta capacidade de criar os meios e também os instrumentos de trabalho que tornam possível a transformação da natureza coloca o homem como um ser único, diferenciado dos outros seres vivos, ou seja, o trabalho o torna um ser social, “como um ser que dá respostas prático-consistentes aos seus carecimentos, às necessidades.” (IAMAMOTO, 2015, p. 60). A esse aspecto, a diferenciação do homem de outros animais, pela sua capacidade criadora, de sua capacidade de prévia ideação, é o que chama-se de teleologia, para Marx é um dos principais elementos que o colocam num patamar superior, a capacidade de antever o resultado de uma ação pré-determinada por ele.

Na sociedade capitalista um trabalhador que faz parte do processo de produção de certa mercadoria, não necessariamente consegue ter acesso a ela ou a tudo que produz, pois até mesmo sua força de trabalho é transformada em mercadoria, seja nos meios de produção até aos meios preponderantes à reprodução da força de trabalho.

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside a marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (O trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade. (GRANEMANN, 2009, p. 7).

A reprodução da sociedade neste destrutivo sistema é baseada na exploração do homem através do trabalho fazendo com que este perca seu significado, que o torna acima das demais espécies, o de transformador da natureza, perdendo assim o caráter de centralidade em sua vida para se tornar mais um instrumento de acumulação de riquezas pela onipresente classe dominante.

Destarte, pode-se verificar que as relações sociais presentes neste modo de produção cruzam o processo de trabalho em diversos momentos históricos causando drásticas transformações na rotina de vida dos trabalhadores, seja pela venda de sua força para o trabalho, seja pelas condições políticas e sociais de determinado momento histórico, que raramente estiveram ao seu lado.

O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho e tem como cenário a industrialização e aumento exponencial da população urbana que sai do campo para tentar a vida na cidade, modificando drasticamente a conjuntura econômica, política e social daquele momento, trazendo assim

a necessidade de um profissional que atue frente às demandas de uma emergente questão social, que representa:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu desenvolvimento e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e a prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.84).

O assistente social não detém os meios e instrumentos de trabalho, assim como outros trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, o profissional de Serviço Social realiza então um ato laborativo de dupla dimensão, ou seja, realiza o trabalho concreto e o trabalho abstrato pertencendo assim ao processo de mercantilização do capital porque se realiza como trabalho concreto, pois tem valor de uso ao atender as necessidades sociais a partir da instrumentalidade que a categoria traz em seu bojo para a realização de seu exercício profissional “em respostas às demandas sociais passa a ser mediado pelo mercado, ou seja, pela troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) dentro de uma crescente divisão do trabalho social”. (RAICHELIS, 2011, p. 424).

O trabalho do profissional atravessou diversos momentos históricos, hoje se pode alegar que assumiu compromisso com a classe trabalhadora, pois está atribuída ao assistente social a tarefa de enfrentamento das expressões da questão social, pois é nela que está à matéria prima de seu trabalho, de sua existência, (CFESS, 2012). Sua história sempre esteve ligada às necessidades da classe despossuídas de meios de subsistência causada pelas mazelas sociais que perpetuaram em todos os momentos da história, intensificado-se no contexto do capitalismo levando o profissional a:

[...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida [...]. (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

A profissão segue renovando seu conhecimento, o aperfeiçoamento constante de sua capacidade interventiva além de sua inserção em nível acadêmico e nos Programas de Pós-Graduação, e o estágio obrigatório para alunos da graduação demonstra a

seriedade para fortalecer os alicerces construídos na trajetória de pouco mais que oito décadas de Serviço Social brasileiro.

A participação do profissional em Conselhos de Direitos e presença evidenciada através de seus órgãos representativos nas mais diversas lutas em defesa dos direitos dos cidadãos, haja vista que no século XXI os ataques direcionados aos direitos sociais, entre eles à Seguridade Social, além de forte tentativa do capital em tornar a Educação cada vez mais frágil e distante das obrigações do Estado, se tornam cada vez mais intensos.

A necessidade da sociedade conscientizar-se e de manifestar-se contra esses ataques aos direitos duramente conquistados, levam o profissional a se valer da estratégias em sua atuação, incorporando novas roupagens estratégicas às dimensões de seu fazer profissional.

O caráter interventivo, é um forte aliado que a profissão tem em mãos, sobretudo frente a este cenário retrogrado que se vivencia no Brasil, entendendo que o profissional assistente social exerce uma profissão privilegiada no campo das ciências sociais, sobretudo no terreno das lutas sociais, por ter em seu cotidiano interventivo-profissional a aproximação do cotidiano da vida social dos sujeitos sociais e suas coletividades.

3 A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A LUTA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

A intervenção do trabalho profissional do assistente social acompanha as concepções que a profissão adere no decorrer de sua história. O trabalho educativo, importante estratégia de intervenção no trabalho do assistente social, não se faz diferente, está presente na atuação profissional desde o seu nascimento, foi acompanhando a modernização constante da profissão. Esta ação pode ser lembrada desde Mary Richmond, em sua proposta de ajuda psicossocial individual, onde objetivava o ajustamento do indivíduo ao meio (sociedade). (ABREU; CARDOSO, 2009), hoje a mesma é sinônimo de fortalecimento no atendimento aos sujeitos sociais.

Neste contexto contraditório a profissão de Serviço Social, ancorada na teoria social crítica de Karl Marx, fortalecida e orientada pelo Código de Ética de 1986 e 1993, bem como no seu Projeto Ético Político, rompem assim, em definitivo com a retrógrada visão tradicionalista. Esse posicionamento ético é assumido no seu cotidiano profissional, além da relativa autonomia de seu trabalho, o profissional faz uso do viés educativo para intensificar seu trabalho junto ao processo emancipatório dos usuários dos seus serviços sociais, pois:

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços [...]. O assistente social é, neste sentido um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído; é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas [...]. (IAMAMOTTO, 2015, p. 69).

O assistente social é um intelectual que desempenha um importante papel na sociedade, pois a profissão vai se consolidando como um produto histórico, seu significado teve, em diferentes momentos, relativa relevância, seja em seu momento inicial com viés caritativo, atendendo os ideários da igreja, seja na execução de práticas fragmentadas representando os interesses do capital, seja nos dias atuais onde seu compromisso profissional se mostra claramente subversivo à ordem do capital, tendo como sujeito de suas ações, sobretudo a classe trabalhadora.

Importante ressaltar que até assumir seu compromisso ao lado da classe trabalhadora, muitas direções tomaram o trabalho do profissional. O que pode ser visto no presente trabalho ao referenciar as décadas anteriores ainda no século XX, mostrando que o assistente social assume o papel de intelectual ao operar ao lado da classe ora burguesa, ora operária, nesse sentido:

Durante muitos séculos, toda a assistência social realizou-se através de instituições criadas pela Igreja, no capitalismo moderno, ao contrário, essa assistência deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada, transformando-se numa institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo poder dominante [...]. (SIMIONATTO, 1999, p. 208).

Para esta autora o profissional assistente social pode ser comparado ao “intelectual tradicional”, devido às práticas de assistência na década de 1930 e “[...] também poderíamos situar o assistente social como intelectual orgânico na medida em que suas funções representam uma continuidade histórica (SIMIONATTO, 1999, p. 208), ou seja, atravessando a história com diferentes formações sociais.

Em um passado recente, a sociedade brasileira vivencia um período de ditadura militar que exerce a imposição contra a democracia e conquistas de direito, após este período, em um momento societário democrático, se instala no Brasil a agenda neoliberal, que começa engendrar novas expressões da Questão Social. Como coloca Bauman (2007, p. 14), “A perversa ‘abertura’ das sociedades impostas pela globalização negativa é por si só a causa principal da injustiça e, desse modo, indiretamente, no conflito e na violência”.

Neste contexto repleto de contradições sócio-históricas, explorações e violações, que se materializa pela sociedade capitalista, torna-se ainda mais necessário refletir acerca do trabalho profissional do assistente social frente essa realidade, inserido na luta e resistência social. Neste cenário, sobretudo, reitera-se a importância da dimensão educativa enquanto um dos fecundos aportes que a profissão tem de intensificar e efetivar os propósitos de seu Projeto Ético Político.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza produzida [...]. (NETTO, 1999, p. 16).

Compreende-se então a importância da dimensão educativa, sobretudo no contexto neoliberalista, no enfrentamento ao desafio à efetivação do proposto no Projeto Ético-Político da categoria, se caracterizando enquanto uma estratégia de luta e resistência junto às bases. “O assistente social é, neste sentido um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 69).

A função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos [...]. (ABREU, 2011, p. 17).

Quando se fala em ações de cunho pedagógico na intervenção do profissional assistente social, refere-se às relações que o profissional estabelece com os usuários dos serviços sociais. Pode-se apontar que a luta e defesa pelos Direitos Humanos, expostos no código de ética é uma das ações pedagógicas do exercício no trabalho profissional, pois só se garante um direito via conhecimento. Uma luta sem conhecimento é fadada ao fracasso.

O assistente social, ao trabalhar com grupos e classes sociais se coloca como facilitador das transformações sociais. A dimensão de sua prática é o coletivo, a classe social, especialmente as classes populares, com as quais deve construir alianças significativas. (GIAQUETTO, 2015, p. 22).

Recorrendo aos pensamentos de Gramsci (1991), entende-se que a dimensão educativa do trabalho profissional contemporâneo, se enquadra no processo de contribuir para a tomada de consciência dos sujeitos, para a construção de uma nova ordem societária, onde a ruptura ou ação revolucionária é um processo molecular, mediados de elevação do senso comum, uma reforma intelectual. Contudo, apoiando nesta reflexão, sabe-se que a revolução se dará por meio de rupturas causadas pelo educativo crítico, assumindo assim um papel de intelectual que se coloca, construindo conhecimento coletivamente, no fortalecimento da base, da classe trabalhadora.

A função de intelectual, entretanto, não pode ser vista de modo a pertencer a alguém que possui conhecimento da verdade total, ou seja, absoluta e que necessariamente exerça a educação formal, o que o caracteriza é o desempenho da função social necessária na sociedade. (GRAMSCI, 2001).

O trabalho de base, através da dimensão educativa, realizado pelos assistentes sociais desde então tem uma importante função social, pois é neste viés que se materializa o fortalecimento da classe trabalhadora, o que conseqüentemente pode-se resultar no processo de resistência e luta de classes. E neste processo o assistente social:

[...] concretiza-se fundamentalmente, através de estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento as necessidades e interesses das classes subalternas; de mobilização desses sujeitos; instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço das referidas classes como classe hegemônica. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.144 APUD GIAQUETO, 2015, p. 24).

Desta forma, cabe ressaltar que todo e qualquer espaço de atuação para o profissional do Serviço Social é um lócus a ser desenvolvida a dimensão educativa. Esse trabalho, tão importante à profissão se mostra ainda mais valoroso ao ser trabalhado por profissionais críticos que buscam através de sua utilização complementar e fortalecer todos os aparatos que tornam possível a concretização de efetivação de direitos e fortalecimento da classe trabalhadora, afinal, a dimensão educativa é inerente ao seu trabalho e tanto pode contribuir aos processos de emancipação ou reproduzir a ordem capitalista vigente, pelo possível ranço histórico do conservadorismo no seio da profissão.

E, mais importante do que trabalhar essa importante dimensão, é trazer às classes populares o sentimento de não ser um depositário de fragmentadas ações do Estado, mas

de se reconhecer como parte essencial da sociedade, fomentando a importância da participação popular-social para a transformação das realidades vivenciadas.

A atividade profissional do assistente social obedecendo ao regido e proposto pelo projeto ético político da categoria tem grandes potencialidades junto à população, por intermédio de seu caráter predominantemente interventivo. Exerce sua atividade em diversas áreas sócio-ocupacionais, com diferentes segmentos.

O trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, na abordagem grupal. Bem como no reconhecimento do território. Sob essa perspectiva não há atuação preestabelecida, ou seja, a ação profissional é construída e reconstruída cotidianamente [...]. O trabalho socioeducativo demarca, na relação assistente social – usuário, a ultrapassagem da visão de problema individual para demandas de atendimento, ou seja, amplia-se a visão, articulando-se os problemas apresentados pelo usuário, a realidade e os limites da organização onde o assistente social presta serviço. (TORRES, 2009, p. 221).

Trabalhar a dimensão educativa, na perspectiva crítica, sobretudo nos dias de hoje, representa a certeza de ação fértil. O aperfeiçoamento teórico-metodológico que o profissional adquiriu ao longo do tempo possibilita ao assistente social embasamentos para estabelecer o diálogo mais próximo dos usuários de seus serviços, o que se compreende caracterizar por educação popular, que para Pinto (1993, p. 41) é compreendida como “[...] conjunto, socialmente determinado, de atividades que visam transformar as representações sociais (conhecimento, valores, sentimentos) com o objetivo de mudar a conduta social”.

Tendo conhecimento de sua trajetória histórica, de suas estratégias interventivas e a certeza de que o cidadão deve ter acesso a direitos, o trabalho do assistente social deve seguir recusando toda e qualquer forma de precarização e ao desrespeito aos direitos e da cidadania.

Há muitos empecilhos postos pelos representantes do poder, pois atualmente está sendo projetado um ataque exponencial aos direitos sociais, em todas as suas esferas, esses ataques estão sendo chamados de “reformas” e que num primeiro momento visam aumentar o tempo de contribuição para a Previdência estendendo o tempo de contribuição do trabalhador. E mais, a reforma trabalhista pretende precarizar ainda mais os direitos e a forma de trabalho no cotidiano do trabalhador, aumentando jornadas de trabalho, salários e aumentos feitos cara a cara com o patrão, enfim, sinais de mutilação extrema dos direitos.

O momento, apesar de mostrar um panorama temeroso, deve servir aos profissionais de Serviço Social e a todos os outros que sentem saqueados, e principalmente àqueles que partilham do terreno social, o momento é de luta e de resistência para o não retrocesso e repúdio ao ataque ao estado democrático de direito. Lutar para o avanço e fortalecimento no campo social realizando assim as transformações revolucionárias a esta imensa nação.

4 CONCLUSÃO

Durante pouco mais de 80 anos a profissão vem se construindo, utilizando seu robusto arsenal teórico-metodológico para a construção do conhecimento e do enfrentamento aos desmandos que o capitalismo traz no cotidiano da sociedade.

Sobre o aspecto da identidade profissional no processo de compreensão da categoria enquanto classe trabalhadora, e, sobretudo qual concepção a mesma adota e aplica sobre a Dimensão Educativa no seu trabalho é o alvo de desmistificação no decorrer deste trabalho, entendendo o processo de negação, como superação enquanto parte da subjetividade do fazer profissional do assistente social, que está intimamente ligado ao processo histórico da constituição dos sujeitos, sendo compreendida historicamente e legitimada por relações sociais.

A certeza de que sua luta continua é a maciça participação dos profissionais em Congressos, Seminários e/ou em eventos que exijam representantes de profissionais que atendam aos interesses da classe trabalhadora. Assim, apesar de tempos bichudos, no seio da profissão com o possível retorno do conservadorismo sendo anunciado e de forma mais ampla, sendo anunciado na sociabilidade do capital.

A profissão precisa fortalecer-se para o enfrentamento deste ciclo destrutivo que já está presente, e promete ser ainda mais intenso se medidas urgentes não forem tomadas, a urgência deve unir todos os trabalhadores, todos os profissionais, toda a sociedade uma vez que nenhum cidadão nesta nação parece estar livre das latentes expressões da questão social. O aprofundamento teórico-metodológico do profissional de Serviço Social é imprescindível para caminhar ao lado coerente dos processos de identidade profissional e contra a retomada do conservadorismo, bem como para reconhecer o seu lugar na história e a importância de compor a luta social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993, página 7613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 05 Jul. 2015.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

GENTILLI, R. de M. L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.

GIAQUETO, Adriana (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Nelson Coutinho. 6 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. In: **Serviço Social & Saúde**. Campinas-SP. v. 12 n. 1, p. 145-156, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social**. Cadernos Especiais. n. 42, Edição 22 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 28 de Julho de 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant' Ana. - 33ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

PINTO, João Bosco. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. In: **Cadernos Abess**. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 29-45.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. N 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2 Ed. Cortez: São Paulo, 1999.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. In: **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul/dez. 2009.

TORRES, Mabel. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas. In: **Revista Libertas**. Online, V.14, N. 2. 2014. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/issue/view/259>>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 146-163.